

PUBLICAÇÃO: 03/10/2019



Um quadro para a ação local sobre mudanças climáticas: 9 maneiras pelas quais os prefeitos podem construir cidades resilientes e justas

Este relatório oferece recomendações para os prefeitos sobre a concepção e implementação de estratégias para a construção de cidades justas e **resilientes** e para criar novas oportunidades econômicas para muitas pessoas deixadas por booms econômicos recentes. Os resultados do relatório revelam que **as políticas de mudança climática** e as estratégias de preparação são mais eficazes e atraem o maior apoio dos residentes e dos grupos comunitários, se forem concebidos através de processos inclusivos e abordando os problemas que se cruzam de desigualdades raciais, de renda e ambientais. Além disso, as soluções climáticas são as mais bem sucedidas quando os líderes da cidade se paralisam com grupos comunitários para estabelecer prioridades e moldar essas soluções. Ao abraçar estratégias que apoiem caminhos para uma economia justa, ao mesmo tempo em que reduzem o clima extremo, as inundações e outros riscos nas mudanças climáticas,

Este relatório recomenda que os prefeitos e outros líderes da cidade tomem as seguintes nove ações:

- Faça justiça, justiça racial e uma economia justa, objetivos fundamentais da **resiliência** da cidade e planos de ação climática.
- Colabore com grupos comunitários e construa capacidade de vizinhança para moldar e implementar soluções de mudanças climáticas.

- Expandir as oportunidades econômicas e a disponibilidade de habitação a preços acessíveis.
- Aumentar o acesso a energia acessível e limpa.
- Garantir o acesso a transportes acessíveis e limpos.
- Investir em **infraestrutura resiliente** e soluções baseadas na natureza.
- Apoiar a preparação para emergências e recuperação **resiliente de desastres**.
- Apoiar a coesão social e comunidades profundamente conectadas.
- Usar financiamento inovador para fortalecer a **resiliência** e a viabilidade da comunidade.

FONTE: <https://www.americanprogress.org/issues/green/reports/2017/09/28/439712/framework-local-action-climate-change/>



Rumo à resiliência

Quando os desastres atingiram repetidamente populações pobres, os atores do mercado em que eles dependem para lidar e recuperar também enfrentam compensações, deixando grupos vulneráveis sem o apoio necessário para financiar e manter suas atividades econômicas. Quando os atores da ajuda assumem papéis de apoio para estimular a recuperação, eles muitas vezes minam, em vez de fortalecer, as redes e empresas existentes, que são críticas para a construção da **resiliência**. Os programas que visam atender às necessidades básicas e impulsionar os meios de subsistência incluem cada vez mais avaliações de mercado e fornecedores de mercado de suporte, mas exemplos de abordagens baseadas em facilitação para apoiar a recuperação do mercado ainda são limitados.

Este webinar compartilhou os resultados de um recente resumo de questões concluído pela Mercy Corps com o financiamento do JP Morgan Chase, que explora pesquisas existentes e exemplos de esforços de recuperação e resposta de desastres naturais que utilizaram abordagens de sistemas de mercado para alcançar um impacto econômico mais sustentável. Nós discutimos lições de programas no Nepal e na Etiópia, que se associaram a diversos atores do mercado para garantir que as famílias tenham acesso às finanças, bens e serviços necessários para sustentar suas atividades de subsistência na sequência de desastres naturais. O webinar também abrangeu implicações para doadores, implementadores e setor privado para melhorar a resposta e recuperação de desastres.

FONTE: http://www.seepnetwork.org/filebin/pdf/drr/Toward_Resilience_Improving_Market_based_Responses_to_Disasters.pdf



| Brasil



Países das Américas aprovam estratégia para aprimorar habilidades de profissionais de saúde

A Conferência Sanitária Pan-Americana é a autoridade suprema da OPAS e se reúne a cada cinco anos para determinar suas políticas e prioridades na área da saúde.

Uma nova estratégia aprovada nesta quinta-feira (28/09) pela 29ª Conferência Sanitária Pan-Americana, promovida pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), tem como objetivo orientar as políticas nacionais de recursos humanos para a saúde nos países das Américas. O intuito é cobrir a escassez de profissionais de saúde, melhorar sua distribuição geográfica e aprimorar suas habilidades para alcançar a saúde universal e os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030**.

De acordo com as estimativas mais recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS), a região precisa de quase 800 mil trabalhadores de saúde a mais para atender às necessidades essenciais de saúde das pessoas, oferecendo uma gama ampla de serviços e cuidados de saúde integrados com foco nas pessoas.

“Nas últimas décadas, os países da região reduziram profundos desequilíbrios em relação à força de trabalho de saúde e melhoraram a provisão e disponibilidade de profissionais no primeiro nível de cuidados”, enfatizou a diretora da OPAS, Carissa F. Etienne. No entanto, ela acrescentou que “as desigualdades permanecem quanto à disponibilidade, distribuição e qualidade dos trabalhadores”.

As causas da escassez incluem a retenção limitada de profissionais de saúde em áreas rurais e subatendidas, altas taxas de mobilidade e migração, condições de trabalho precárias e falta de trabalhadores culturalmente sensíveis, com treinamento adequado, às necessidades de saúde da população.

“Se quisermos alcançar os ODS, particularmente a cobertura universal de saúde, devemos ter os profissionais de saúde adequados nos lugares onde as pessoas necessitam deles”, disse Etienne.

A “Estratégia sobre Recursos Humanos para o Acesso Universal à Saúde e Cobertura Universal de Saúde” estabelece três linhas de ação: fortalecimento e consolidação da governança e liderança em recursos humanos para a saúde; desenvolvimento de condições e capacidades em recursos humanos para expandir o acesso à saúde e a cobertura de saúde e acesso à saúde com equidade e qualidade; parceria com o setor educacional para responder às necessidades dos sistemas de saúde em transformação para o acesso universal à saúde e cobertura universal de saúde.

O documento insta os países a aumentar a despesa pública e a eficiência financeira para elevar a disponibilidade e retenção dos profissionais de saúde, desenvolver sistemas de informação sobre recursos humanos para a saúde, com vistas a fortalecer o planejamento estratégico e prever as necessidades atuais e futuras, bem como promover o desenvolvimento de equipes interprofissionais nas redes de serviços de saúde.

Além disso, a estratégia defende a transformação da educação profissional em saúde para incluir os princípios de missão social, incorporar uma perspectiva de saúde pública e uma abordagem de determinantes sociais; alinhar o treinamento de recursos

humanos com as necessidades atuais e futuras do sistema de saúde; e aumentar as posições na saúde familiar e comunitária e nas especialidades básicas, entre outras ações.

FONTE: http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5513:para-alcancar-os-ods-opas-quer-reduzir-escassez-melhorar-distribuicao-e-aprimorar-habilidades-de-profissionais-de-saude-nas-americas&Itemid=844

INTACT CENTRE
ON CLIMATE ADAPTATION



UNIVERSITY OF
WATERLOO



PreventionWeb

Quando a grande tempestade atinge: o papel das zonas húmidas para limitar o dano das inundações urbanas e rurais

Este relatório avalia o potencial para as zonas úmidas afetarem os impactos financeiros associados às inundações rurais e urbanas. Trabalhando com o Grand River Conservation Authority (Ontário), Credit Valley Conservation (Ontario) e Ducks Unlimited Canada, o Centro Intacto sobre Adaptação Climática (Intact Center) determinou que as zonas húmidas, se mantidas em seu estado natural, podem reduzir substancialmente os custos de danos causados pelas inundações edifícios (desde residências e prédios de apartamentos, até estruturas industriais, comerciais e institucionais). **Este relatório demonstra quantitativamente que a conservação de zonas húmidas é um meio econômico para reduzir o risco de inundação no Canadá.**

Essas descobertas têm aplicabilidade nacional, embora a pesquisa tenha sido focada em dois sites piloto do sul de Ontário, um rural e um urbano. Para ambos os sites, os modelos de computador simularam uma grande inundação de outono, para comparar os danos nas inundações em condições onde as zonas húmidas foram mantidas em seu estado natural e onde foram substituídas pelo uso da terra agrícola. Os pesquisadores descobriram que os danos causados pelas inundações eram mais baixos se as zonas húmidas fossem mantidas em seu estado natural, com economias financeiras de 29 e 38 por cento nas áreas rurais e urbanas, respectivamente.

FONTE: <http://www.intactcentreclimateadaptation.ca/wp-content/uploads/2017/07/When-the-Big-Storms-Hit.pdf>



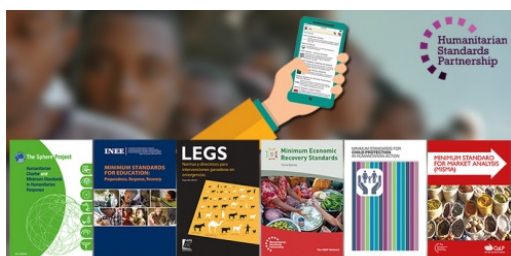
PreventionWeb

Trabalhando em escalas: Aprendendo com sete anos de desenvolvimento compatível com o clima na Ásia

Este relatório aborda 10 iniciativas de CDKN que funcionaram em escalas múltiplas, algumas centradas inicialmente em pilotos de nível local e, em seguida, ampliando e ampliando, outras focalizando desde o início a inovação em vários níveis de governança. Analisa essas 10 iniciativas para identificar aqueles que conduzem a caminhos mais eficazes de vários **níveis de desenvolvimento** compatível com o clima na Índia, Indonésia, Nepal e Paquistão.

O relatório analisa o design através de duas lentes, estabelecendo uma distinção entre caminhos para trabalhar com escala e princípios para permitir o desenvolvimento eficaz de **caminhos para o desenvolvimento compatível com o clima**. Através desta análise de caminhos, o relatório oferece uma série de princípios de design para melhorar a eficácia.

FONTE: http://www.preventionweb.net/publications/view/55086?&a=email&utm_source=pw_email



Normas humanitárias, agora disponível em dispositivos móveis

O novo aplicativo móvel **Cooperação padrões humanitários** fornece padrões de referência no setor humanitário em um aplicativo gratuito. Projetado para profissionais da área que prestam assistência humanitária em desastres e conflitos, a aplicação funciona tanto on-line e off-line, em telefones celulares e tablets.

<http://www.humanitarianstandardspartnership.org/launch>

Apple App Store : <https://itunes.apple.com/us/app/humanitarian-standards-partnership-app/id1270402872?mt=8>

Google Play : <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.HSP.HSPApp>

Microsoft Store <https://www.microsoft.com/pt-br/store/p/humanitarian-standards-partnership-app/9nd331snm0q8?rtc=1>



COLOCANDO AS PESSOAS VULNERÁVEIS DO MUNDO NO MAPA

Todos os anos, os desastres ao redor do mundo matam quase 100.000 e afetam ou deslocam 200 milhões de pessoas. Muitos dos lugares onde esses desastres ocorrem são literalmente "faltando" de qualquer mapa e os primeiros respondentes não têm informações para tomar decisões valiosas em relação aos esforços de socorro. Missing Maps é um projeto aberto e colaborativo no qual você pode ajudar a mapear áreas onde as organizações humanitárias estão tentando atender às necessidades das pessoas vulneráveis.

FONTE: <http://www.missingmaps.org/>



Agência da ONU apoia iniciativas de assistência a migrantes vulneráveis em Roraima

Venezuelanos chegam ao Brasil pela cidade de Pacaraima, em Roraima. Foto: EBC

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH) assinaram na semana passada (20/09) um acordo de subvenção para execução de serviços de assistência direta a migrantes em situação de vulnerabilidade em Roraima.

O acordo faz parte do projeto financiado pela União Européia denominado Ação Global para Prevenir e Combater o Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Migrantes (GLO.ACT), e visa a auxiliar organizações da sociedade civil a desenvolver programas de assistência e proteção a migrantes em situação de vulnerabilidade.

Com números estimados em milhares de migrantes, especialmente venezuelanos, Roraima recebe um fluxo migratório misto que inclui vítimas de tráfico de pessoas e migrantes em situação de vulnerabilidade com necessidade de assistência.

O acordo vai possibilitar a realização de sessões de capacitação profissional, *workshops* e sessões sobre os direitos dos migrantes, bem como o fortalecimento da capacidade do centro em prover assistência, orientação jurídica e administrativa e encaminhamento para os serviços públicos relevantes. O acordo também prevê o fornecimento de assistência material (roupas, alimentos, entre outros) para migrantes em situação de maior vulnerabilidade.

O acordo de subvenção com o CMDH, da Diocese de Roraima, foi assinado durante a visita recente do chefe de missão da OIM Brasil, Stéphanie Rostiaux, ao estado, e deverá ser implementado até setembro de 2018.

A GLO.ACT é uma iniciativa conjunta da União Europeia e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) que prevê investimentos de 11 milhões de euros em quatro anos (2015-2019). O projeto é implementado em parceria com a OIM e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

A iniciativa tem como meta apoiar autoridades governamentais e organizações da sociedade civil em 13 países estrategicamente selecionados: Belarus, Brasil, Colômbia, Egito, Quirguistão, Laos, Mali, Marrocos, Nepal, Níger, Paquistão, África do Sul e Ucrânia.

O projeto apoia o desenvolvimento de respostas mais efetivas de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes, incluindo a assistência a vítimas e migrantes em situação de vulnerabilidade, por meio do fortalecimento dos mecanismos de identificação, encaminhamento e assistência direta.

FONTE:<http://robuenosaires.iom.int/news/gloact-assinatura-de-acordo-de-subven-o-com-o-centro-de-migra-es-e-direitos-humanos-cmdh-para>



Delegation of the European Union to Brazil

FONTE:https://eeas.europa.eu/delegations/brazil/24820/a%C3%A7%C3%A3o-global-para-prevenir-e-combater-o-tr%C3%A1fico-de-pessoas-e-o-contrabando-de-migrantes_en



Assessoria de Comunicação Social
Gabinete do Ministro
Esplanada dos Ministérios, Bloco T
Edifício sede, 4º andar, sala 408
(61) 2025-3135
imprensa@mj.gov.br

FONTE:<http://www.justica.gov.br/noticias/acao-global-une-esforcos-para-combater-o-traffic-de-pessoas>



Relatório de Investimento e economia digital

Em 2016, os fluxos globais de investimento estrangeiro direto caíram cerca de 2%, para US \$ 1,75 trilhão. O investimento em países em desenvolvimento diminuiu ainda mais, em 14%, e fluiu para os PMA e as economias estruturalmente fracas permanecem voláteis e baixas. Embora a UNCTAD prevê uma recuperação modesta dos fluxos de IED em 2017-2018, espera-se que permaneçam bem abaixo do seu pico de 2007.

Esses desenvolvimentos são problemáticos, especialmente considerando as enormes necessidades de investimento associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, detalhadas no Plano de Ação da UNCTAD para Investimento nos SDGs. O progresso no desenvolvimento sustentável - e uma paz duradoura - requer mais investimento em infra-estrutura básica, energia, água e saneamento, mitigação das mudanças climáticas, saúde e educação, além de investimentos em capacidade produtiva para gerar empregos e crescimento da renda.

Agora, mais do que nunca, é importante garantir que o ambiente político global seja propício ao investimento no desenvolvimento sustentável. A UNCTAD desempenha um papel importante nisso, fornecendo orientação sobre os regimes nacionais e internacionais de política de investimento. O seu Quadro de Política de Investimento e o Roteiro para a Reforma dos Acordos Internacionais de Investimento foram utilizados por mais de 130 países na formulação de uma nova geração de políticas de investimento.

O Relatório Mundial de Investimentos deste ano baseia-se nesse histórico e apresenta orientação política sobre como lidar com cerca de 3.000 tratados de investimento da velha geração.

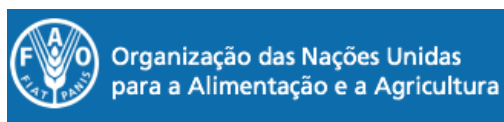
Um desafio fundamental para os formuladores de políticas na economia global de hoje é o desenvolvimento digital. O capítulo do tema do Relatório deste ano mostra que a economia digital está tendo um grande impacto nos padrões globais de investimento. Ele fornece informações importantes sobre as implicações da economia digital para as políticas de investimento projetadas para a era analógica e sugere como a política de investimento pode suportar o desenvolvimento digital.

Eu elogio este Relatório como uma ferramenta importante para a comunidade internacional de investimento e desenvolvimento.

António Manuel de Oliveira Guterres

Secretário-geral da Organização das Nações Unidas

FONTE: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2017_en.pdf



Países da América Latina e do Caribe apostam em políticas agroambientais para alcançar uma produção de alimentos mais sustentável

Com o apoio da FAO e do Governo do Brasil, se realiza hoje e amanhã no Panamá um evento regional sobre indicadores para políticas agroambientais na América Latina e no Caribe

Panamá - Representantes de oito países da América Latina e do Caribe estão reunidos nesta quinta e sexta-feira no Panamá para compartilhar os avanços no processo de socialização e implementação das Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais. O objetivo é responder aos diferentes desafios da **Agenda de Desenvolvimento 2030** e identificar indicadores que permitam o acompanhamento e verificação de sua implementação.

Participam do workshop regional sobre Indicadores de Políticas Agroambientais na América Latina e no Caribe representantes dos governos e de vários setores da agricultura e do meio ambiente do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, México, Panamá e Paraguai que analisam as medidas propostas pelas Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais na América Latina e no Caribe.

A riqueza dos recursos naturais da América Latina e do Caribe é, sem dúvida, fundamental para a sustentabilidade ambiental do mundo. Segundo a FAO, a região representa 15% da superfície terrestre, recebe 30% das chuvas e gera 33% da água do planeta.

"Os desafios climáticos, a perda de biodiversidade terrestre e marinha, a pobreza rural e a insegurança alimentar e nutricional requerem ações coordenadas para tornar compatível a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, que sustentam a produção de alimentos, com o crescimento econômico socialmente equitativo ", disse Vera Boerger, Oficial de Terra e Água da FAO.

Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e a Agenda 2030 reconhecem a importância de sistemas alimentares sustentáveis e de novas formas de trabalhar a terra e gerenciar os recursos naturais na construção de um futuro viável para a humanidade.

As Diretrizes contribuem para os **ODS e estão em sinergia com vários dos indicadores** propostos, em particular os **Objetivos 2** (Fome Zero e Agricultura Sustentável); **13** (Ação contra a mudança global do clima); **14** (Vida na Água) e **15** (Vida Terrestre).

Os alinhamentos estabelecidas nas Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais na região promovem a integração e articulação das políticas de meio ambiente, agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura e planejamento territorial para favorecer processos mais e melhores articulados de planejamento e governança e que garantam a sustentabilidade na produção de alimentos e na gestão dos recursos naturais.

Por outro lado, gerar indicadores para o monitoramento das políticas agroambientais contribuirá para fortalecer a tomada de decisões em política, gestão pública e privada agroambiental, fortalecendo a implementação de alinhamentos e medidas propostas nas Diretrizes, possibilitando identificar novas perspectivas e desafios, bem como melhorar os mecanismos de controle.

"Uma vez definidos os indicadores no âmbito das Diretrizes, o desafio é avançar na sua implementação, o que requer uma aliança entre os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente e o desenvolvimento de incentivos econômicos e financeiros que consigam implementar medidas agroambientais para avançar rumo à uma agricultura mais sustentável, tanto na agricultura familiar como no agronegócio ", explica Juliana Simões, Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

O encontro é parte das atividades desenvolvidas pelo projeto regional executado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Governo do Brasil para o fortalecimento das políticas agroambientais na região, no âmbito de seu Programa de Cooperação Internacional. O evento conta com a colaboração do Ministério do Desenvolvimento Agropecuário do Panamá e da Representação da FAO do Panamá.

Iniciado em 2012, o projeto contribui como ferramenta para a redução da pobreza rural e da insegurança alimentar nos países da região e é apoiado pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

Para Jessica Casaza, coordenadora do projeto: "O diálogo e a análise para a definição e o desenvolvimento metodológico dos indicadores de políticas agroambientais apoiam os países no processo de apropriação das Diretrizes Voluntárias e na implementação de medidas agroambientais".

O diálogo que se promovera hoje e amanhã, no Panamá, entre os representantes dos países gerará contribuições importantes para a implementação das Diretrizes na região.

"Existe uma necessidade urgente de adotar modelos de produção mais sustentáveis para conter a deterioração dos ecossistemas e recursos naturais e para garantir a segurança alimentar e nutricional das populações", destaca Jessica Casaza.

Diretrizes Voluntárias

As Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais na América Latina e no Caribe foram elaboradas por meio de um intenso e amplo processo de consultas e debates entre diferentes setores de governo e especialistas de vários países da região, e contou também com a contribuição de representantes das organizações de agricultores, organizações ambientais e sociedade civil.

As Diretrizes constituem um importante aporte para a promoção de uma agricultura mais sustentável, com impacto nas atividades agropecuária, florestal, pesqueira e aquícola. "Estamos promovendo as Diretrizes Voluntárias como guias orientadores para melhorar as políticas sob uma abordagem agroambiental ligando sociedade, território, meio ambiente e economia de forma mais integrada e harmoniosa, dentro de um marco institucional inclusivo e que, atualmente, discute a definição de indicadores vinculados a processo e os padrões existentes, especialmente os indicadores dos ODS ", conclui Jessica.

FONTE: <http://www.fao.org/3/a-i5462s.pdf>



<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>



European Committee
of the Regions

Cidades e regiões para o clima - apresentando iniciativas locais e regionais de sustentabilidade

Tema: Mudança climática , Mudança climática e meio ambiente , Eficiência energética, mercado e tecnologia

FONTE: <http://cor.europa.eu/en/documentation/brochures/Documents/Cities%20and%20regions%20for%20climate%20-%20showcasing%20local%20and%20regional%20sustainable%20initiatives/ENVE-climate-action-brochure.pdf>

INEE Education in Emergencies Timeline

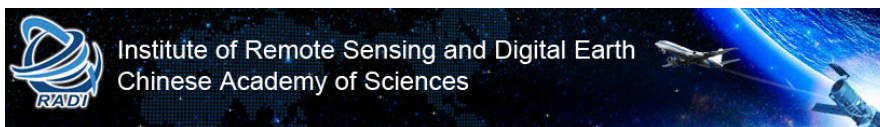
Timeline sobre a Educação em Situação de Emergência!

Este novo site interativo - <http://timeline.ineesite.org> - está acessível em todas as plataformas e navegadores, incluindo dispositivos móveis. Você pode navegar pelo site em ordem cronológica, ou procurar por conteúdo usando palavras-chave ou procurar entradas por categorias de filtro, incluindo eventos, metas, recursos, etc.

No momento, a linha do tempo sobre a EEE só está disponível em Inglês, versões em outros idiomas deverão estar disponíveis no futuro próximo.

FONTE: <http://timeline.ineesite.org>

EVENTOS



Workshop Internacional de Treinamento sobre Métodos Integrados de Avaliação de Riscos Utilizando Dados de Vulnerabilidade Espacial e Social para Redução do Risco de Desastres

11 de dezembro a 15 de dezembro de 2017

Há evidências incontestáveis para fortes ligações entre desenvolvimento, meio ambiente e desastres. O **desenvolvimento sustentável** (ODS) pode reduzir a pressão sobre o meio ambiente e resultar em menos desastres e eventuais impactos. Por sua vez, uma abordagem bem preparada para a **redução do risco de desastres (RRD)** e / ou gerenciamento ambiental pode reduzir os impactos dos desastres no desenvolvimento e pode tornar o desenvolvimento sustentável. Com as mudanças climáticas emergentes como uma questão importante que prejudica o desenvolvimento e o impacto dos riscos de desastre, foram sinalizadas as sinergias entre a **Adaptação às Mudanças Climáticas (CCA)** e as medidas de RRD adequadas.

Acompanhando a urgência do progresso nas frentes de **ODS, CCA e RRD**, o ano de 2015 foi um ano histórico na história dos campos de desenvolvimento, desastre e meio ambiente, onde foram formados três grandes quadros internacionais. O ano começou com a adoção de um novo quadro DRR em março de 2015 em Sendai, Japão, denominado Estrutura Sendai para Redução do Risco de Desastres (SFDRR) com um período de 2015 a 2030. Então, houve um novo conjunto de metas de desenvolvimento chamado **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** com o mesmo período de 2015 a 2030, que foi adotado na Assembleia Geral da ONU em New York em setembro de 2015. Finalmente, os líderes mundiais concordaram em um novo acordo de mudança climática chamado Acordo de Paris sob a UNFCCC (United Nations Framework **Convenção sobre Mudanças Climáticas**), Ciência e tecnologia para a redução do risco de desastres sempre esteve lá de alguma forma em países diferentes. Através do avanço da pesquisa científica, a redução do risco de desastres tem sido beneficiada, especialmente em termos de sistema de alerta precoce, para identificar o risco em escala espacial e temporal, fortalecimento de edifícios e infraestruturas para diferentes tipos de perigos etc. sinergia de novas inovações em termos de ciência e tecnologia, desenvolvimento de conhecimento e oportunidades de negócios em termos de desenvolvimento sustentável e redução de risco de desastres.

A iniciativa Belt and Road envolverá mais de 60 países, reprimindo mais de um terço da economia mundial e mais da metade da população mundial. É uma iniciativa que cria grandes oportunidades para que o setor público e privado contribua para o

desenvolvimento de infra-estrutura e projetos de cooperação comercial e econômica e para construir relacionamentos "pessoas para pessoas" através de intercâmbios e parcerias culturais e científicas. A Iniciativa Digital Cinto e Estrada (DBAR) é um programa internacional de pesquisa para promover a cooperação com países ao longo da rota Belt e Road para defender e demonstrar o uso inteligente e a aplicação de "Big Earth Data" em apoio ao desenvolvimento sustentável de pessoas e economias em local, nacional e regional. O DBAR é iniciado pelo Instituto de Sensoriamento Remoto e Terra Digital (RADI) da Academia Chinesa de Ciências (CAS), recebendo o maior apoio por mais de 20 países ao longo da Belt and Road. O "gerenciamento de desastres" é um dos principais pilares do desenvolvimento sustentável no DBAR, juntamente com a gestão da zona costeira, agricultura e segurança alimentar, mudanças ambientais, desenvolvimento urbano e conservação do patrimônio.

Em resposta às necessidades dos países em desenvolvimento ao longo da Belt and Road na redução do risco de desastres para enfrentar o desastre ambiental natural e provocado pelo homem, a Iniciativa "Belt and Road Digital" (DBAR), em conjunto com o Programa Internacional de Pesquisa Integrada em Risco de Desastres (IRDR) O Escritório (IPO), o Comitê Nacional da IRDR China (IRDR CHINA), o Instituto de Sensoriamento Remoto e Terra Digital (RADI) e o Centro de Excelência CAS-TWAS em Tecnologia Espacial para Mitigação de Desastres (SDIM) realizaram um programa de pesquisa internacional (DBAR-Disaster) para fortalecer as capacidades científicas para o desenvolvimento sustentável e a redução do risco de desastres no âmbito da Iniciativa Digital Belt and Road. Em 2017, organizaremos o **Workshop Internacional de Treinamento sobre Métodos Integrados de Avaliação de Riscos Usando Dados de Vulnerabilidade Espacial e Social para Redução do Risco de Desastres**.

FONTE:<http://english.radi.cas.cn/News/UE/201708/W020170828592613538104.pdf>



Semana Européia das Regiões e Cidades 2017: Gestão do Risco de Desastres nas Regiões e Cidades da Europa

A conferência é um evento de política anual conjunta do Comitê das Regiões da União Européia (CR) e do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR) centrado na redução do risco de desastres a nível local e regional na Europa.

O tema principal do evento conjunto de 2017 é "Para reduzir o número de pessoas afetadas" (Sendai Target B), com foco em dois elementos principais: prevenção e financiamento. A conferência é um evento paralelo de alto nível no âmbito da Semana Européia das Cidades e Regiões, com a participação do Sr. Karl-Heinz Lambertz (Presidente do CR), da Sra. Corina Crețu, Comissária Européia para a Política Regional e do Sr. Robert Glasser, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres.

Dois painéis especializados discutirão o papel das autoridades locais e regionais como atores-chave na prevenção de desastres e o papel dos instrumentos financeiros para o fechamento das lacunas na governança de risco de desastres.

Para mais informações, entre em contato com o secretariado da Comissão dos Recursos Naturais do CR sobre nat@cor.europa.eu.

Os participantes são convidados a organizar o seu próprio transporte. Todos os participantes são responsáveis pela reserva e pelo pagamento da sua própria acomodação.

Para acessar o evento, registre-se [online](#).

FONTE: <http://cdweb.cor.europa.eu/cn/a8mvl/DRMinEU>



Programa de Formação para os Governos Locais Alemanha, Bélgica e da Holanda Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável

9 com 18 de novembro de 2017 /

Programa de Formação visa a visitar e trocar experiências bem sucedidas de governos locais na Alemanha, Bélgica e Holanda, enquadradas principalmente em 5 temas: **eficiência energética e energias renováveis, gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, mobilidade sustentável, construção sustentável e adaptação às alterações climáticas**; bem como as sinergias e explorar oportunidades de colaboração em projetos de mitigação e **adaptação das mudanças climáticas**, com diferentes atores nas regiões visitadas.

Desta vez, a troca oferece uma oportunidade única de conhecer pessoalmente, aprender e aproveitar as lições aprendidas por governos, empresas e instituições da Alemanha, Bélgica e Países Baixos, que permite encontrar soluções para os desafios que as mudanças climáticas representa para o nosso planeta no contexto da promoção de políticas de **desenvolvimento sustentável**. Durante a viagem, o RAMCC, com o apoio de parceiros locais em cada país, organizou visitas técnicas e sessões de treinamento com proeminentes líderes empresariais e políticos, acadêmicos e especialistas de cidades dos países a serem visitados.

FONTE: http://ramcc.net/index.php?option=com_jevents&task=icalrepeat.detail&evid=194&Itemid=520&year=2017&month=11&day=09&title=programa-de-capacitacion-de-gobiernos-locales-en-alemania-belgica-y-paises-bajos-visita-a-experiencias-sobre-cambio-climatico-y-desarrollo-sustentable&uid=107322d97275cafe2bd6b2b77af9ec6a

MAIS INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL SP

<http://www.defesacivil.sp.gov.br/>

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – RIO DE JANEIRO

<http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=4173185>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS

<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/ajuda/page/280-programa-minas-mais-resiliente-edital-de-chamamento-publico-n-01-2016-resultado-de-analise-das-propostas>